

6 Observações finais

Se a análise do tema da chamada fragilidade estatal mostrou a difusão de uma preocupação internacional especificamente com os Estados onde esse “fenômeno” se manifesta, esta pesquisa procurou mostrar como se dá essa expansão do tema e, essencialmente, como ele é constantemente significado e representado. Nesse sentido, a abordagem FIHP (Leander, 2006), baseada na teoria de Bourdieu, se mostrou eficaz para a compreensão de como a concepção de “Estados frágeis” se construiu e se constrói rotineiramente, através de teoria e prática e em atividades burocráticas aparentemente banais, e quais são os efeitos desse processo.

Diante do volume de capital, tempo e *expertise* dedicado ao tema - como pôde ser verificado no terceiro capítulo -, tornou-se importante indagar como exatamente a “fragilidade estatal” chegou a esse patamar de destaque na política internacional, como se mantém nesta posição, por que assume os aspectos que apresenta e que efeitos tem sobre a dinâmica maior da ajuda internacional. A proposta era seguir o conselho de Bourdieu e fugir à ratificação da *doxa* (1992, p. 214), do senso comum sobre esses Estados, indagando como essa concepção chega a se tornar uma “verdade” ou um fato. Com isso, esperava-se, também, fugir à “divisão de trabalhos” da disciplina e unir visões teóricas e práticas, tanto da formação do termo, quanto da elaboração de propostas para a “salvação” de Estados ditos frágeis. De fato, o entendimento de Leander (2006) sobre a abordagem FIHP, complementado pelas contribuições de Villumsen (2007, 2008) e Bigo (2005), mostrou ser possível unir todas as frentes de trabalho e explorar a concepção do termo “Estados frágeis” através de uma análise que necessariamente toma discursos e práticas como indissociáveis. Mais: essa análise também tornou possível e parte essencial uma avaliação dos efeitos dessa dinâmica sobre outros campos; no caso, sobre o campo da ajuda internacional.

A pesquisa partiu da *doxa* do campo das agências que lidam com Estados ditos frágeis: “Os Estados frágeis são um desafio internacional, na medida em que desrespeitam os direitos humanos de suas populações, que vivem em estado calamitoso de miséria, e na medida em que constituem uma ameaça para todos, na forma de exportação de conflitos, terrorismo, problemas ambientais, crises

econômicas e/ou doenças, na geração de enormes fluxos de refugiados e/ou na expansão de atividades econômicas ilícitas, como tráfico de drogas”, e procurou compreender quais elementos foram necessários para tornar um fato essa concepção. Para isso, foi primordial o entendimento de Villumsen (2007, 2008) sobre *capitais*, uma compreensão adaptada que permite avaliar a capacidade dos agentes de se unirem em torno de um tema e, também, o que os leva a embates constantes. A pesquisa demonstrou a importância do acúmulo e da mobilização de capital social, econômico e científico para a dinâmica de campo, e como, através do *habitus* e reproduzindo a *doxa*, esses recursos possibilitaram que certos agentes adquirissem posição no jogo, uma posição sempre em disputa. Todos os agentes no campo - *think tanks*, como o Belfer Center, o Crisis States Research Centre, o Governance and Social Development Research Centre, a Brookings Institution e o Country Indicators for Foreign Policy; agências governamentais, como a USAID, o OCRS, o START e a AusAID; e organizações multilaterais, como a ONU, a OCDE, o BM e o BAD - compreendem o que está em jogo, a *illusio* do campo, e é exatamente essa compreensão comum que os une, mas também leva a lutas constantes.

Os diferentes agentes participam da constituição dos “Estados frágeis” como um tema – uma *doxa* – por meio de atividades aparentemente banais do dia-a-dia, quando conferências são organizadas, indicando uma enorme plataforma social, quando o capital econômico é acumulado através da criação de fundos de ajuda próprios, ou quando a busca por objetividade é levada ao extremo do capital científico em índices de “fragilidade estatal”. Essas formas de acúmulo de capitais mantêm o campo unido, como *campo de forças* (Bigo, 2005), em torno da compreensão de quais recursos importam no jogo e de como jogar. Os capitais, porém, são também constantemente *mobilizados* (Villumsen, 2007, 2008), em batalhas dóxicas (Idem) ou, como denomina Bourdieu, lutas simbólicas (1990a), em que os agentes não só acumulam recursos, mas os põem em evidência. Isto porque as posições objetivas dos agentes no campo dependem também de um *reconhecimento*, base de todo processo de distinção constitutivo da realidade social (Bourdieu, 1980; 1996): os agentes estão em constante busca por melhores posições no jogo, para o que a mobilização de capitais é fundamental.

A pesquisa procurou frisar esse aspecto constitutivo da violência simbólica, através da dimensão do campo como *campo de lutas* (Bigo, 2005), chamando atenção para o caráter contingente e nada pacífico da significação e da representação do tema dos “Estados frágeis”. É primordial compreender que esses Estados não são um dado do sistema internacional, aos quais deve se dirigir a comunidade internacional com vistas a compreender e “salvar”, mas são antes uma construção complexa e constante, em cuja base estão processos que envolvem disputas freqüentes, e, portanto, violência, ainda que sutil. Atentar para essa violência simbólica permite observar a própria construção do objeto como um objeto fundamental de pesquisa.

Ainda, ao demonstrar o acúmulo e a mobilização de capitais, fica clara a importância do conceito de *habitus* para os objetivos da pesquisa. O *habitus* do campo, “identificar, caracterizar e ‘salvar’ ‘Estados frágeis’”, envolve todo tipo de disposições, discursos e práticas, como ficou claro nas análises do campo em todas as suas dimensões. Se, por exemplo, a mobilização de capital social pode ser feita através de claras declarações sobre os agentes que participaram de uma conferência sobre “Estados frágeis”, a organização da conferência em si, a formulação de convites e a participação são práticas que também devem ser analisadas, sendo essenciais para a constituição do tema. Da mesma forma, o orçamento de um fundo para “Estados frágeis” pode ser anunciado na página da organização, mas a própria criação do fundo é um passo essencial para se entender o papel desse agente na significação da *doxa*. Ainda, são formuladas frequentemente teorias sobre como identificar, caracterizar e “salvar” esses Estados, haja vista os trabalhos de centros acadêmicos, por exemplo; no entanto, é a prática de coletar informações constantemente, atualizá-las, elaborar estatísticas e transformá-las em índices que permite essa teorização. Por trás do acúmulo e da mobilização de capital social, econômico e científico, há sempre teoria e prática, em prol do *habitus* do campo e a favor da reprodução da *doxa*.

A pesquisa mostrou também, através da análise do campo como *campo de dominação* (Bigo, 2005), que o tema da chamada fragilidade estatal repercutiu no campo da ajuda internacional de duas formas: mudança na natureza mesma dos agentes envolvidos, que passam a centrar sua razão de ser na “necessidade” de lidar com esse “desafio global”; e a união de três temas relevantes na política

internacional, desenvolvimento, humanitarismo e segurança. Nesse sentido, agências que antes lidavam indiretamente com esses Estados, como a ONU e a OCDE, passaram a ter um foco maior no tema, através de publicações-chave, como o *Principles*, e através da criação de departamentos específicos, como a INCAF, da OCDE, que lida diretamente com os Estados ditos frágeis. Por outro lado, agências foram criadas especificamente com esse propósito, como o OCRS e o START, que inclusive estabeleceram corpos civis próprios para atuar *in loco*.

Como ficou claro, a inclusão de novos agentes ou a modificação de outros, no sentido de dar mais enfoque ao tema dos “Estados frágeis” foram influenciadas pela união de três temas de extrema importância na política internacional: segurança, desenvolvimento e humanitarismo. Essa união trouxe novos agentes ao campo e modificou outros, todos atuando com ferramentas e soluções multifacetadas para lidar com o que identificam como uma “ameaça complexa”. Essa via, porém, é dupla, e foi também a inclusão de novos agentes ou a modificação na natureza de outros que convidaram à ampliação do tema, trazendo para o campo especificidades de atuação antes não pertinentes. A própria criação ou modificação de agências indica uma prática relevante na análise dos efeitos sobre o campo da ajuda internacional; e as publicações desses agentes, exemplificadas no quarto capítulo, demonstram a importância cada vez maior concedida aos três temas, segurança, desenvolvimento e humanitarismo, quando se trata de “Estados frágeis”.

Como dito no decorrer de toda a pesquisa, a proposta de trabalho foi sempre manter o caráter relacional do espaço social defendido por Bourdieu (1992) e, assim, *exemplificar* relações possíveis e relevantes (Bigo, 2005), de forma a deixar claro os recursos valorizados no campo, o *habitus* que mobiliza e une todos os agentes e, também, o que os mantém em disputas constantes. Enquanto procurei abordar o campo em todas as dimensões colocadas por Bigo (2005), avaliando a significação do tema e seus efeitos, não foi intenção desta pesquisa procurar a origem da constituição do campo ou nomear todos os seus agentes, mas aplicar especificamente a abordagem FIHP de forma adaptada, conforme a necessidade do objeto de pesquisa e conforme defendido por Leander (2006) e pelo próprio Bourdieu (1990a,1992).

Nessa tarefa de exemplificação, e em sendo o foco da pesquisa não o campo por completo, mas especificamente a significação de “Estados frágeis”, é importante lembrar que não se afastou a participação de vozes discordantes. Ao contrário, a pesquisa com base na abordagem FIHP permite justamente, como coloca Leander (2006), evidenciar o caráter violento desse processo, que favorece a uns e a outros mantém afastados. A análise de capitais permite apreender hierarquias e processos de exclusão (Bigo, 200-, p. 8), e este foi o intuito desta pesquisa, ainda que, tratando muito propriamente da significação do termo, o que necessariamente implicou não analisar determinadas agências, a periferia, como coloca Bigo (Idem).

Nesse sentido, esta pesquisa, como afirma Bigo (200-), pode ser vista como um “*building block*”, que abre caminho para compreender a construção do tema da chamada fragilidade estatal, mas não esgota, nem pretende esgotar, a nomeação dos agentes. Este trabalho é, ainda, um *caminho* para se avaliar a força e a autonomia do campo das agências que lidam com “Estados frágeis”, porém não se deve dele apreender uma reificação do campo analisado: um campo, para ser avaliado em termos de força e poder precisa ter sua análise combinada com a de outro campo. A análise do campo aqui realizada focou em suas dinâmicas internas e muito especificamente, em sua repercussão sobre o campo da ajuda internacional; no entanto, para compreender o real impacto do termo sobre a política internacional, por exemplo, seria necessária outra pesquisa, que tratasse do campo como campo de dominação (Bigo, 2005), procurando avaliar a relação do campo em questão com o campo político. Esta outra pesquisa, sem dúvida, seria valiosa, e o trabalho presente procura também abrir espaço para essa forma de análise.

Essencialmente, este trabalho procurou uma via diversa na disciplina, uma que permitisse compreender como uma concepção tão largamente difundida se formou e se forma, como teoria e prática podem ser analisadas conjuntamente e como a abordagem FIHP, inspirada na teoria de Bourdieu, pode ser útil às RI. Acima de tudo, a pesquisa permite compreender os “Estados frágeis” como uma construção social e transnacional complexa: se os Estados podem ser classificados e ordenados de acordo com sua “fragilidade”, não é porque há uma taxonomia natural no sistema internacional, mas somente porque a concepção de “fragilidade

estatal” é significada rotineiramente, através de atividades administrativas e burocráticas aparentemente banais e supostamente científicas.

Ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, o efeito simbólico exercido pelo discurso científico é tanto mais inevitável quanto, em meio às lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento, os chamados critérios ‘objetivos’ (...) são utilizados como armas (Bourdieu, 1996, p. 113).

De fato, central para esta pesquisa foi evidenciar a violência sutilmente inculcada em processos de significação aparentemente objetivos, demonstrando a contingência dos processos que levam ao debate sobre o tema e como a valorização de certos recursos específicos exclui determinados agentes, restringindo-lhes a voz e as práticas. Ainda, através da análise do campo como uma dinâmica de rotina foi possível atentar para o caráter nada natural desses processos, destacando a construção constante dessas significações, um trabalho nunca concluído e sempre em disputa. É assim, não como um dado do sistema internacional, mas como um objeto construído, que os “Estados frágeis” devem ser compreendidos, e é no impacto que teorias “científicas e objetivas” têm sobre a realidade que se deve focar a verdadeira pesquisa.

“Este ato de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade com força de lei constitui um ato de conhecimento que, por estar fundado, como qualquer poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência do que enuncia” (Ibidem, p. 109).